



GT – 09: Geografia Histórica Urbana

A LOUCURA E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O caso da Colônia de Alienados de Jacarepaguá no início do século XX

Giovanna Florencio Candido

Estudante de Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

giovannauerj@gmail.com

RESUMO: Este trabalho investiga como a transformação na compreensão da loucura, decorrente da modernização da psiquiatria no Brasil, influenciou a organização espacial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. A partir de análises sobre as instituições dedicadas ao tratamento de pessoas com transtornos mentais no país, será examinado o caso da Colônia de Alienados de Jacarepaguá, localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, bem como a instituição predecessora, o Hospício Pedro II. O estudo tem como objetivo realizar um levantamento histórico dessas unidades de tratamento, buscando identificar os fatores que levaram a escolha de Jacarepaguá como local para a colônia de alienados.

Palavras-chave: Geografia Histórica; História da Psiquiatria Brasileira; Colônia de Alienados de Jacarepaguá.

1. INTRODUÇÃO

“O lançamento da pedra fundamental das novas construções das Colonias de Alienados, em continuação às concluídas em 1914, érege nesta data um marco miliário na historia da Assistencia a Alienados em nosso paiz. E’ o inicio de uma nova éra de progresso, incitamento ao trabalho, para todos nós, novos ou veteranos, mourejando no áspero combate ao grande infortúnio que é a loucura.”
(Matéria Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, 1920)

No ano de 1661, a cidade do Rio de Janeiro contava com 21 freguesias¹, sendo uma delas a freguesia de Jacarepaguá, que chegou a contar com oito engenhos de cana de açúcar. Um deles era chamado de Engenho D’água, o primeiro a ter uma usina de produção de açúcar, onde a água era a força motriz a partir de um aqueduto que começou a ser construído ainda no século XVII.

A área em que o Engenho estava localizada, foi batizada por Magalhães Corrêa como “sertão carioca”, em sua obra de mesmo nome publicada em 1936. A nomenclatura refletia o aspecto rural e a distância para o núcleo urbano carioca. Esta característica foi fundamental para que as terras do bairro fossem escolhidas para implementação de espaços de tratamentos para doenças contagiosas.

Segundo Costa e Gonçalves (2015), no século XX, a região de Jacarepaguá, em torno do Morro Dois Irmãos, pertencente ao Maciço da Pedra Branca e em meio à reserva primitiva da Mata Atlântica, recebeu quatro instalações: dois sanatórios para tuberculosos, na década de 1940, outro posto em funcionamento entre 1951 e 1952; a Colônia de Curupaity para hanseniano (lepra) e a Colônia de Alienados (Figura 1), sendo a última o tema central deste trabalho².

O modelo de assistencial chamado colônia-agrícola, foi implementado para o tratamento de diversas doenças, sobretudo aquelas que o distanciamento dos centros urbanos era

¹ A freguesia é um território submetido à jurisdição espiritual de uma cura que também exerce a administração civil (FRIDMAN, 2024)

² Este trabalho refere-se aos estágios iniciais de uma pesquisa monográfica em andamento.

necessário. A ideia era baseada em alguns aspectos como a praxiterapia³ (que significa o tratamento por meio do trabalho), a localização em locais rurais, distante de centros urbanos, ter solo de qualidade para prática de cultivo agrícola e de pecuária (VENÂNCIO, 2011).

Figura 1: Anúncio da nova colônia



Fonte: Jornal do Brasil / BNN Digital (1920)

As colônias de alienados Conde de Mesquita e São Bento, situadas na Ilha do Governador, foram as primeiras colônias agrícolas para pacientes homens indigentes da cidade do Rio de Janeiro. No início do século XX, essas colônias enfrentaram problemas estruturais, de saneamento, e superpopulação, os quais também eram vivenciados na edificação anterior a esta, o Hospício Pedro II, fundado em 1841 e localizado na zona sul da cidade.

Para mitigar este problema, além de contribuir com as políticas de higienismo da época, o então diretor das colônias da Ilha, Rodrigues Caldas, decidiu instalar a modalidade de assistência psiquiátrica de colônia-agrícola, nos terrenos do antigo Engenho da Taquara, em Jacarepaguá. O novo espaço para abrigar os pacientes do Hospício Pedro II e das colônias da Ilha do Governador, de acordo com Claper (2020, p.3), iriam:

(...) utilizar recursos sociais, estéticos e terapêuticos como a praxiterapia e a assistência familiar, num ambiente de paisagem natural com características de estilo bucólico e pitoresco que remetiam a um contexto romântico de uma pequena cidade, no bairro de Jacarepaguá.

A presente pesquisa tem como objetivo principal identificar as motivações que

³Considerava-se que o trabalho, como atividade física e psíquica, era capaz de facilitar a reeducação e readaptação ao meio social, desviando as atividades psíquicas do doente para fins úteis (FACCHINETTI, 2018, p.1110)

fomentaram a construção da Colônia de Alienados na região de Jacarepaguá. Para tal, precisamos entender o surgimento da psiquiatria no Brasil e como esta esteve atrelada diretamente ao projeto de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro. Isso posto, trazemos à luz deste trabalho o grande marco psiquiátrico no país que foi a criação do Hospício Pedro II. Após um breve levantamento histórico desta importante instituição, buscamos entender o modelo de assistência das colônias-agrícolas, e como e porque este modelo foi implementado em Jacarepaguá.

2 A LOUCURA E A CIDADE NO FINAL DO SÉCULO XIX

A vereança de Itaguaí, entre outros pecados de que é argüida pelos cronistas, tinha o de não fazer caso dos dementes. Assim é que cada louco furioso era trancado em uma alcova, na própria casa, e, não curado, mas descurado, até que a morte o vinha defraudar do benefício da vida; os mansos andavam a solta pela rua”
(Machado de Assis, J. M. O alienista, p. 180).

No livro o “Os delírios da razão. A liberdade no espaço público: vivências e convivências” da historiadora Magali Gouveia Engel (2010), somos inseridos na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, onde personagens famosos, reais ou lendários, que apresentavam sinais de “loucura”, possuíam estreita relação com os elementos da cidade. A autora faz o exercício de compreender a existência de uma visibilidade da loucura, onde essas pessoas eram parte do cotidiano local, e tinham de certa forma, o direito de existir por si só. Aqui não cabe a citação de todas as pessoas mencionadas em seu livro, mas a fim de elaborar a construção da ideia central deste trabalho, buscamos trazer à luz alguns destes personagens.

Maria Doida, após todo o dinheiro deixado pelo marido ter sido roubado, “perdeu a razão”. Andava pelas ruas usando três ou quatro saias, duas camisas, e sempre uma trouxinha com mais roupas. Uma de suas características marcantes era a forma de falar. Suas frases sem sentido, equívocas, e “repente chistosas” (ENGEL, ANO, p.). As formas de se expressar verbalmente e por meio de suas vestimentas, eram os sinais que denunciavam sua “alienação”. Estes traços tornavam Maria Doida alvo de brincadeiras e risadas dos mais novos e de desprezo pelos mais velhos. Apesar disto, se posicionava em favor das mulheres e meninas escravizadas quando as presenciava em situação de maus tratos (ENGEL, 2001, p.35).

Claudino, ou Padre Quelé, não conseguiu se tornar clérigo, mas ainda seguia pelas ruas da cidade com vestimentas clássicas dos líderes da igreja católica. Por não conseguir proferir as palavras *kyrie eleison*, - expressão que significa “Senhor, tende piedade”, parte fixa das missas, pronunciava apenas Quelé, originando seu apelido. Por ordens da polícia, foi proibido de usar batina, adotando um novo estilo: casaca, calça curta e larga, mantendo os sapatos baixos, meia de seda e coroa aberta. Era conhecido por ser confuso, hipócrita, ter hábitos excêntricos e costumes bizarros, o que poderia significar segundo memorialistas da época “o enfraquecimento progressivo das faculdades cerebrais” (ENGEL, 2001, p.30).

Policarpo, acompanhado de Paiva, eram músicos que marcavam presença no trajeto da Porta do Passeio Público ao Chafariz das Marrecas. Ao entardecer, Policarpo vestia um largo paletó de padrão escocês, enfiava a cabeça em uma carapuça de baeta⁴ vermelha e assim trajado, manifestando ar exótico, pegava a rabeca e saía pelas ruas da cidade. Juntos, iniciavam a “amoladora serenata”, que durava até meia-noite, perturbando os moradores da Rua das Marrecas, até que a Polícia resolveu acabar com a peça. Policarpo não apresentava sintomas de perturbação mental, porém passou a se comportar de maneira diferente em relação a seus modos, gestos e semblante, mas ainda sem estar considerado nos trejeitos comumente associados à vesânia⁵ (ENGEL, 2001, p.36). Ainda de acordo com a autora

Embora essas exhibições públicas representassem um verdadeiro “suplício” para os moradores da vizinhança, o Policarpo e o Paiva não eram alvo das agressões populares (...) eram bons exemplos da pouca importância dada “aos alienados, no tempo em que viveram livremente com sua enfermidade”, perturbando o sossego público. (ENGEL, 2001, p. 37)

Policarpo, Maria Doida, Padre Quelé, Bárbara Onça, João Adalberto, e entre muitos outros apresentados por Engel (ANO), foram pessoas cujas existências se faziam presentes na rotina do centro do Rio de Janeiro. Eram eles cantores, músicos, andarilhos, filósofos, entre outras profissões e classificações, que tinham supostos sinais de alienação apontados por diferentes razões. Seja a perda ou a perturbação da razão, nas palavras “sem nexos, nem seguimento” – como o caso de Maria Doida, ou por traços congênitos da constituição cerebral e/ou desejos obsessivos como Padre Quelé.

⁴ Tecido de lã ou algodão, de textura felpuda, com em ambas as faces.

⁵ Denominação genérica das diferentes perturbações das faculdades mentais.

Esses relatos revelam, de acordo com a autora, as diversas versões de loucura criadas e enraizadas para além do saber científico e acadêmico. A existência destas histórias exhibe, mesmo que pequena e em alguns casos apresentando resistência e sofrimento, uma relação de sociabilidade destes corpos para com a cidade:

Segundo o relato do médico, a presença da loucura nas ruas da cidade despertava o riso, a compaixão, as injúrias grosseiras e a troca, às vezes, cruel. Sentimentos mistos e contraditórios que, oscilando entre a aceitação e a rejeição, demonstram de qualquer forma a existência de um espaço de convívio entre o louco e o não-louco, no qual ambos sabiam perfeitamente como se defender um do outro. (ENGEL, 2001, p.24)

Vale mencionar que os “loucos” citados por Magali Engel, não eram considerados perigosos para a sociedade. Estes, eram presos ou enviados para tratamento no Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, localizada na região central da cidade. Essa instituição, ligada diretamente ao Império, foi enfraquecida por ser alvo de denúncias pela Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. O relatório reportava a instituição por maus tratos, falta de um tratamento físico e moral condizente, de um médico especialista, de enfermeiros competentes e, sobretudo, de condições higiênicas adequadas ao tratamento de doentes. (GONÇALVES *et al*, 2009, p.394)

Na França, em tempos de Revolução Francesa, Phillipe Pinel⁶, se consolidava como importante nome responsável pela mudança no tratamento de alienados, o chamado tratamento moral (RIBEIRO, 2010, p.23). A “loucura” se torna doença, assim, recebendo um novo nível de relevância acadêmica e científica. A nova linha de pensamento, acredita na necessidade de um espaço específico para tratamento destes pacientes: o hospício.

Dessa forma, considerando os interesses sociais e políticos locais da monarquia, a influência da nova psiquiatria europeia (RIBEIRO, 2010), e o enfraquecimento do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, os médicos brasileiros reivindicam a criação de uma instituição de tratamento asilar no país.

Assim, ao assumir a posição mais relevante do sistema monárquico, o Imperador Dom Pedro II assina seu primeiro decreto de nº82, em 18 de julho de 1841, anunciando a criação de um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados. Denominado Hospício

⁶ Médico psiquiatra percussor do processo de mudança que possibilitou o surgimento do alienismo na sociedade moderna.

Pedro II⁷ (figura 3), anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Corte, o suntuoso edifício localizado na Praia Vermelha, na zona sul da cidade, demorou aproximadamente dez anos para ser construído. Sua inauguração aconteceu no ano de 1852.

A nova instituição⁸ demarca não somente o início da psiquiatria Brasil, mas também traz à luz novos significados da loucura enquanto instrumento de força política. Primeiro, a grandiosidade do edifício somado a sua localização na entrada da Baía de Guanabara, representa a força do império para aqueles que chegam à capital. A arquitetura monumental chamou tanta atenção dos moradores e visitantes da capital, que após alguns anos de existência, é acrescentado ao regimento interno do hospício, regras para visitação de pessoas com interesse de apreciar a construção.

Art. 98 – “As pessoas decentes, nacionais e estrangeiras, que desejarem visitar o Hospício, poderão fazer ordinariamente nos Domingos, das 8 até as 11 da manhã e das 3 até às 5 da tarde, obtendo permissão do Administrador, ou da Irmã Superiora, e extraordinariamente com licença por escripto do provedor, ou do Irmão Mordomo, ou do Medico Director, ou da Irmã Superiora.”

Art. 99 – “As pessoas que visitarem o Hospício limitar-se-hão a ver o Edifício, suas Repartições, pateos e jardins; não lhes sendo licito penetrar nas enfermarias, dormitórios, e quartos, nem nas Officinas e lugares em que se acharem os alienados.” (BRASIL. 1858. p. 25)

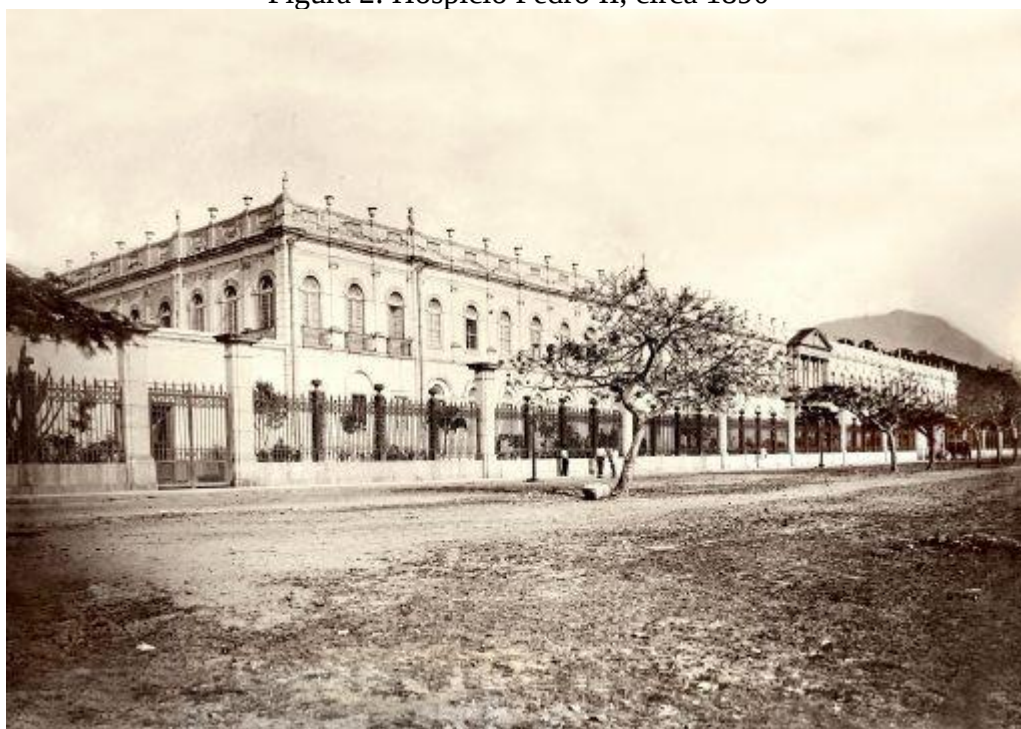
Além da grandiosidade em si, a criação de uma instituição asilar para o tratamento de alienados no final do século XIX, era a prova cabal da modernidade científica e tecnológica de uma nação (TEIXEIRA, RAMOS, 2012), reafirmando o imperador em seu papel de valorização da ciência. Por fim, o Hospício Pedro II, marca uma transformação da ideia de loucura no país, alterando também como a sociedade cível enxergava a loucura e os “loucos”.

O Hospício de Pedro II, engastado como joia rara na entrada da Baía de Guanabara, isto é, na entrada da capital do Império, representa a fortaleza simbólica que garante ao país a estabilidade e coesão necessárias ao enfrentamento das forças desagregadoras presentes tanto na irracionalidade do jogo político quanto na loucura dos governantes. Na sua missão simbólica de afirmar o valor cultural da nação brasileira, o hospício de Pedro II desempenha dois papéis convergentes. De um lado, de forma óbvia e explícita, o hospício oferece uma demonstração clara de que no Brasil se cultivava a ciência. De outro, de forma implícita e aparentemente paradoxal, comprova que o Brasil é capaz de produzir loucos (TEIXEIRA, RAMOS, 2012, p.366)

⁷ O decreto nº 142, de 11 de janeiro de 1890, feito por Manoel Deodoro da Fonseca, anuncia o desanexo da instituição da Santa Casa de Misericórdia do Corte, e faz se concreta a nova nomenclatura: Hospital Nacional de Alienados.

⁸ Para aprofundar sobre o Hospício Pedro II ver VENÂNCIO, Ana Teresa A.; TEIXEIRA, Allister. O hospício da praia vermelha: do Império à República (Rio de Janeiro, 1852-1944). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022. 552 p. ISBN 9786557081389. eISBN 9786557081723.

Figura 2: Hospício Pedro II, circa 1890



Fonte: Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

Apesar da grandiosidade do hospício e os diversos significados políticos e sociais por trás de sua existência, ele demonstra o início da influência psiquiátrica na organização da cidade. A escolha da localização ser na Praia Vermelha no bairro de Botafogo, demonstra na época um esforço de afastar os alienados do núcleo urbano carioca, concentrando na região central da cidade. Uma vez que para os padrões da capital no final do século XIX, o bairro de Botafogo estava no limiar da cidade (GONÇALVES, 2013):

Mas o espaço medicalizado da internação deveria também assegurar a separação absoluta entre o mundo do asilo e o mundo exterior. Em quase todos os textos examinados, o hospício reivindicado é literalmente banido para fora dos limites urbanos, devendo ser construído “nas vizinhanças da cidade” (relatório da Comissão de Salubridade, 1830) ou “no meio do campo” ou, ainda, “fora das grandes povoações e cidades” (SIGAUD [1835] PEIXOTO [1837] apud ENGEL, 2001 p.194).

A partir de 1851, antes da inauguração do hospício em 1852, mas com alguns anexos já em funcionamento (GONÇALVES *et al*, 2009, p.395), passou a ser realizado um exame de sanidade para aqueles que eram presos nas ruas (GONÇALVES, 2013) e assim transferidos para tratamento “adequado”. É neste ponto, que os “loucos” deixam de ser vistos como “vadios” e sim como doentes, alterando a lógica espacial de sua existência na cidade. Junto a uma série

de medidas em prol do higienismo do centro Rio de Janeiro, os psiquiatras e urbanistas juntam forças para a reforma do centro urbano:

É interessante notar como a preocupação dos médicos se mesclou ao trabalho dos urbanistas de meados do século XIX e início do XX. De certa forma, as descrições dos prontuários da época indicam como os médicos que inauguraram a Psiquiatria no Brasil se apropriaram de um conhecimento sobre a cidade e o manipularam segundo os parâmetros vigentes no saber associado à sua profissão. (ODA *et al*, 2004)

Em sua inauguração, o edifício comportava 150 pacientes, mas ao final das obras este número mudou para 300 pacientes, e após obras de expansão na década de 70, chegou a estar apto para abrigar 300 alienados (GONÇALVES *et al*, 2009). Em 1862, o hospício chega a abrigar 400 pacientes, alertando os médicos e trabalhadores ali envolvidos sobre as consequências da superlotação. Havia, também, um ponto de não conformidade sobre o perfil dos pacientes admitidos. De acordo com Gonçalves *et al* (2009), os psiquiatras demonstravam preferência para tratar pacientes “curáveis”, e se colocavam contra a internação de “imbecis e idiotas”, categoria de alienados tidos como incuráveis.

[o médico] Barbosa afirmava que a população do hospício não aumentava por ter sido limitada regimentalmente. E que sendo a maior parte dos internados no hospício pacientes incuráveis, o número de saídas era pequeno e, por conseguinte, o de entradas também. Tendo em vista a situação vivida desde a década de 50, o mesmo também pedia para que as províncias não remetessem mais alienados para o hospício, afirmando que estas deveriam “carregá-los” como pudessem. No mesmo sentido, reclamava a construção de um outro hospício na Província do norte, atentando para as dificuldades de locomoção e para o crescimento populacional. Frisando, nessa ocasião, que um hospício não bastava para todo o Império (GONÇALVES *et al*, 2009, p. 402 e 403).

Dessa forma, criam-se duas colônias-agrícolas na Ilha do Governador, a Colônia de São Bento e a Colônia Conde de Mesquita, para abrigar os pacientes indigentes do Hospício Pedro II, na época já denominado Hospital Nacional de Alienados, enquanto este, recebe exclusivamente pacientes pensionistas. Segundo VENÂNCIO (2011), enquanto o Hospício Nacional era o único a receber pacientes pensionistas, oferecendo praxiterapia em atividades não agrícolas e servindo como ‘porta de entrada’ do sistema assistencial aos enfermos alienados a serem encaminhados para outros serviços, as instituições da Ilha do Governador eram pautadas no tipo institucional colônia agrícola, dirigida apenas a pacientes indigentes.

3 A COLÔNIA DE ALIENADOS DE JACAREPAGUÁ

Em virtude dos problemas acometidos ao Hospício Nacional de Alienados, criam-se as colônias na Ilha do Governador (Figura 3), bairro da cidade do Rio de Janeiro. As denominadas Colônia São Bento e Colônia Conde de Mesquita⁹ estavam localizadas em terras na Ponta do Galeão e no Morro de São Bento, onde, atualmente, estão situados o aeroporto e as instalações da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro (CLAPER, 2020, p. 150).

O artigo nº 78 do decreto 508 de 21 de junho de 1890, declara que “as Colônias S. Bento e Conde de Mesquita são exclusivamente reservadas a alienados indigentes, transferidos do Hospício Nacional, e capazes de se entregarem a exploração agrícola e a outras indústrias”. Dessa forma, o modelo de assistência realizado nas novas instituições¹⁰ era o de colônia-agrícola, destinada a receber somente pacientes indigentes. Segundo VENÂNCIO (2010)

Utilizando terrenos e edificações do antigo Asilo de Mendigos pertencente aos beneditinos, na Ilha do Governador, as duas novas colônias, a São Bento e a Conde de Mesquita, pretendiam também ser autossuficientes, aproveitando os pacientes para o cultivo das terras que haviam pertencido sucessivamente aos barões de Mesquita e de Itacuruçá (MEDEIROS [1977] apud VENÂNCIO 2010).

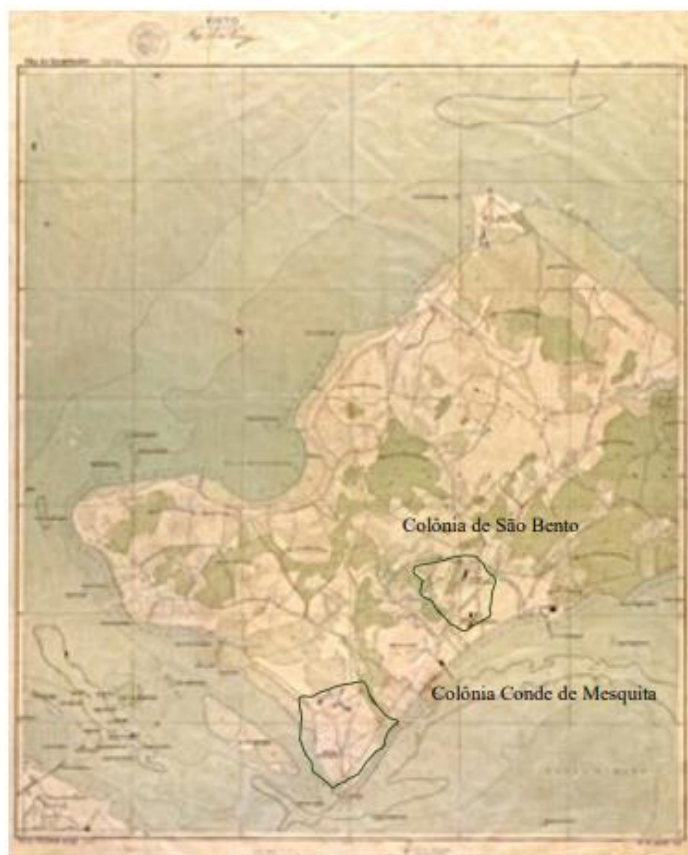
As colônias-agrícolas são modelos de instituições asilares onde parte do tratamento dos internos consiste na prática de atividades agrícolas. Segundo Claper (2020), as características fundamentais deste modelo de assistência era:

Uma colônia agrícola deveria atender de uma forma mais geral a pressupostos básicos: contar com facilidade de acesso; estar perto de uma rodovia ou transporte ferroviário; ser implantada em área rural, distante de centros urbanos, para que o interno ficasse longe das pressões da vida urbana ter área suficiente e solo de boa qualidade para o cultivo agrícola e para pecuária; facilidade de construção e ampliação; facilidade de cuidados sanitários; e entorno com natureza abundante e topografia agradável (CLAPER, 2020, p. 175-176)

⁹ Segundo Claper (2020), nos periódicos do final do século XIX, as colônias eram denominadas de forma diferente como Asilo do Galeão e Asilo Ferreira Vianna.

¹⁰ Para compreender com mais profundidade o histórico das colônias da Ilha do Governador, recomendamos: CLAPER, Jeanine Ribeiro. Colônia agrícola para alienados no Rio de Janeiro (1890-1924): discursos, projetos e práticas na assistência ao alienado. 2020. 272 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

Figura 3: Mapa da Ilha do Governador, folha oeste, Rio de Janeiro; Serviço Geográfico Militar, 1922



Fonte: Adaptação Claper (2020)/ Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Era de grande prestígio governamental o trabalho feito pelos alienados das colônias da Ilha. Segundo relatório publicado em 1891, os alienados da Ilha empregavam-se, com raras exceções, no amanho das terras, na cultura dos cereais, legumes e na criação de animais e aves domésticas (CLAPER, 2020). A agenda do tratamento aos alienados era prioridade para o governo federal da época. Nesse sentido, são enviados médicos para visitar modelos de colônias-agrícolas na Bélgica, Áustria, Prússia, França, Suíça, Itália, Inglaterra e Estados Unidos da América do Norte (VENÂNCIO, 2010).

A experiência fora das fronteiras brasileiras reforçou aos médicos que os espaços das colônias da Ilha não eram suficientes para o cultivo agrícola. Seria necessário um novo local para esta prática, além da necessidade de ter uma estrutura maior para comportar mais internos transferidos do Hospício Nacional.

No início do século XX, os mesmos problemas que atingiram o grande hospício da Praia Vermelha, chegaram nas duas colônias da Ilha. Questões de superlotação, má qualidade da água advinda de poços, falta de saneamento, além de epidemias dentro da instituição, foram motivos que reforçaram, mais uma vez, a necessidade de transferências destes internos para um novo espaço. De acordo com matéria do “Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria (RJ)” de 1920, “só a seção Pinel já contava com 300 doentes a mais de sua lotação”.

A busca pelo novo espaço iria se fundamentar então em três grandes motivos: a necessidade de abrigar mais internos e possuir estrutura apropriada para tal; o espaço disponível para práticas agrícolas e, por fim, a demanda de afastar os alienados dos “males da urbanização”. Outra característica nova planejada para ser implementada na nova colônia seria a implementação do tratamento familiar. Segundo Juliano Moreira, então diretor do Hospital Nacional de Alienados:

deve o governo construir casinhas higiênicas para alugar às famílias dos bons empregados que poderão receber pacientes susceptíveis de serem tratados em domicílio. Far-se-á assim assistência familiar. Se nas redondezas da colônia houver gente idônea a quem confiar alguns doentes, poder-se-á ir estendendo essa assistência heterofamiliar e até tentar a homofamiliar (MOREIRA [1910] apud VENÂNCIO, 2010).

O então diretor das colônias da Ilha, Rodrigues Caldas, diz ter achado a localidade que cumpria todos os critérios estabelecidos para a nova instituição. Esta teria matas, vargens, rios, cachoeira, represa e benfeitorias. O local em questão eram as terras da Fazenda do Engenho Novo (Figura 4), em Jacarepaguá. A área que fica em torno do Maciço da Pedra Branca, foi denominada por Magalhaes Correa em 1936, como sertão carioca. A distância do centro da cidade, a presença da Mata Atlântica com cachoeiras e a qualidade do solo para cultivo agrícola foram cruciais para a União ter vencido o longo processo jurídico no Supremo Tribunal Federal para posse das terras, em 1908 (VENÂNCIO, 2010).

Figura 4: Vista da Fazenda do Engenho Novo, em Jacarepaguá; s/data.



Fonte: Claper (2016) / Fonte: Fundo Adauto Botelho. Acervo IMASJM.

Segundo Ana Venâncio (2010), em 1912, iniciam-se as obras para a Colônia de Alienados de Jacarepaguá. Foram aproveitadas algumas das estruturas herdadas da fazenda: a sede da fazenda, o aqueduto que servira de fornecedor de água para os pacientes e a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, construída em 1862. Durante dois anos de construção foram levantados 15 pavilhões, refeitório, cozinha, lavanderia, farmácia e enfermarias. Porém, a expectativa para inauguração de transferir todos os internos da Ilha, não seria possível com aquela estrutura.

A Colônia de Alienados de Jacarepaguá foi inaugurada em 1924, chamada de Colônia Psicopatas-Homens. Apresentava 15 prédios, a instalação de telefones Erikson em 11 pavilhões; as obras de reparos na capela da colônia; a instalação da farmácia, do laboratório, enfermaria, necrotério, cozinha e lavanderia; e a instalação das dependências da casa de administração, além do planejamento de ampliação para serviço de parque e ajardinamento do entorno dos prédios e o plantio de mais de 5.000 árvores frutíferas no pomar (CLAPER, 2020, p.182)

A partir da construção e transferência dos pacientes para a nova instituição, esta começou a ser também habitada e ocupada pelos funcionários da instituição. O governo oferecia residência para os trabalhadores que eram incentivados a levar consigo suas famílias, que serviam de exemplos para regras sociais e padrões higiênicos (VENÂNCIO e DELGADO 1989 apud Fônsêca 2005). Ainda de acordo com Fonsêca (2005):

(...) durante anos incentivou-se a construção, no interior do espaço asilar (ou seja, em terras pertencentes à Colônia), de casas para funcionários “idôneos” que constituíssem família, pois acreditava-se que os “padrões morais higiênicos” daqueles poderiam ser transmitidos aos doentes a partir não somente do convívio sistemático, mas também da vigilância. (p.14)

A escolha da instalação de uma colônia-agrícola para alienados em Jacarepaguá, reflete os interesses sociais e políticos do contexto da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. O distanciamento do núcleo urbano para abrigar “o que não deveria ser visto”, com pretexto da necessidade de uma localidade rural ou de afastar os internos dos males da urbanização, junto a reforma urbana na capital, foram a instalação da Colônia Psicopatas-Homens. Sobre esse aspecto, VENÂNCIO faz uma reflexão importante:

Foi nesse local afastado dos centros urbanos e marcado pelo descaso do Estado, que deixava seu povo à mercê de suas necessidades, ao mesmo tempo representativo do que nos seria mais autêntico, que se constituiu e desenvolveu a Colônia de Psicopatas-Homens: um lugar que congregava as qualidades da vida rural, consideradas um dos pilares do tratamento a ser oferecido nas colônias agrícolas. Longe da civilização estariam assim dadas as condições propícias ao isolamento terapêutico, e perto da ‘natureza’ brasileira que ali vicejava os indivíduos poderiam desenvolver sua verdadeira essência saudável (VENÂNCIO, 2010, p. 42)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX, a concepção de loucura transforma-se em doença, refletindo-se nas reformas urbanas empreendidas na cidade do Rio de Janeiro. Isso altera tanto o imaginário social quanto a organização espacial dos indivíduos considerados “loucos”, como analisa Engel (2001). Os personagens de seu livro, exibem uma realidade da sociabilidade dos “loucos” na cidade do Rio de Janeiro. É conceber a ideia de pessoas como Padre Quelé e Policarpo tinham a liberdade de viver na cidade sem os estereótipos de loucura atuais que atravessam os doentes mentais atualmente.

A construção do Hospício Pedro II, uma das grandes realizações do império de Dom Pedro II, é o marco da psiquiatria no Brasil. A história do edifício, pode ser entendida por muitas vertentes: como instrumento para reforçar a identidade nacional, incluir o Brasil dentro nas nações modernas que investem em ciência e atender as necessidades dos médicos psiquiatras brasileiros. A fundação da instituição busca deslocar os “loucos” do centro urbano, no entanto, a instituição acaba sobrecarregada, não conseguindo atender e tratar todos os pacientes que recebe. Assim, estabelecem as colônias da Ilha do Governador que sofrem problemas estruturais parecidos anos depois.

Este é o contexto em que é criada a Colônia de Alienados de Jacarepaguá, situada nas terras do sertão carioca. Engel (2001) discute como os padrões de disciplina e moralidade dos burgueses, aliados dos psiquiatras, conseguem transformar o perfil e o significado de alguns espaços-chave nas áreas centrais do Rio de Janeiro:

Os defensores da modernização da cidade, de acordo com padrões de disciplina e moralidade burgueses, dos quais os psiquiatras seriam aliados entusiastas e preciosos, conquistam outras vitórias importantes, conseguindo alterar o perfil e o significado de alguns espaços-chave localizados nas áreas centrais do Rio de Janeiro. (ENGEL, 2001, p. 52)

Analisar o processo de escolha das localizações para hospitais e espaços de tratamento é fundamental para compreender como a lógica espacial da cidade, especialmente na capital da federação na época, que passou por um intenso movimento higienista e reforma urbana. O Hospício Pedro II e a Colônia de Alienados de Jacarepaguá, ambos exemplos significativos desse período, ilustram como o trabalho dos psiquiatras se harmonizou com o dos urbanistas.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Regimento Interno do Hospício de Pedro II. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1858. p. 25

CLAPER, Jeanine Ribeiro. Colônia agrícola para alienados no Rio de Janeiro (1890-1924): discursos, projetos e práticas na assistência ao alienado. 2020. 272 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

COSTA, R. G, GONÇALVES, A. P. C., Evolução urbana da Colônia Juliano Moreira. In: VENACIO, A. T. A., *et al.* (org.) O asilo e a cidade: Histórias da Colônia Juliano Moreira. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015. cap. 2, p. 59-93.

FONSÊCA, L. M. O DEBATE SOBRE O DESTINO DOS EGRESSOS DE LONGAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS: O caso do Instituto Municipal de Assistência à Saúde (IMAS) Juliano Moreira. 2005. 100p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [en linea]. 2009, (49), 91-106[fecha de Consulta 3 de Agosto de 2024]. ISSN: 0020-3874. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641271005>

GONÇALVES, Ana Paula Casassola. Andarilhos das paixões na Colônia Juliano Moreira: esfera pública, apropriação e utopias de cidade. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GONÇALVES, Monique de Siqueira; EDLER, Flávio Coelho. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 393-410, jun. 2009.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim. O alienista. São Paulo: Martin Claret, 2014.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. VII, n. 1, p. 128-141, mar 2004.

RIBEIRO, Daniele Corrêa. O Hospício de Pedro II e seus internos no ocaso do Império: desvendando novos significados. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

RIO DE JANEIRO. Decreto n. 82, de 18 de julho de 1841. Homologa a fundação do Hospício de Pedro II, anexo ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, para tratamento de alienados. Revista Medica Brasileira. [S.l.], v.1, n.3, jun. 1841.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro; RAMOS, Fernando A. de Cunha. As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 364-381, jun. 2012.

VENÂNCIO, Ana Teresa A. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2010, p.35-52.

VENÂNCIO, Ana Teresa A.; TEIXEIRA, Allister. *O hospício da praia vermelha: do Império à República (Rio de Janeiro, 1852-1944)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022. 552 p. ISBN 9786557081389. eISBN 9786557081723. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557081723>. Acesso em: 25 de julho de 2024.